



MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
Concurso Público para provimento de vagas no cargo de
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar

Caderno de Prova, Cargo TR , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado para correção.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Redação (rascunho e transcrição).
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

É impossível não nos maravilharmos com as inúmeras formas vivas. Basta darmos uma passeada num parque e olharmos para as árvores, flores, insetos, pássaros, cachorros e seus donos, e nos damos conta da incrível criatividade da vida em suas várias adaptações na água, terra e ar. À primeira vista, parece mesmo difícil que as asas de uma abelha, os olhos de um gato, as nadadeiras de um peixe tenham surgido por acaso, resultado de acidentes no nível molecular. Mas foi isso o que ocorreu, ao longo dos 3,5 bilhões de anos (no mínimo), desde que a vida surgiu na Terra.

Darwin propôs sua teoria da evolução para dar conta do que percebeu ser, ao longo de observações cuidadosamente catalogadas em viagens pelo globo, a característica fundamental da vida: sua capacidade de se adaptar a ambientes diversos. Sua idéia de que as espécies variam no tempo devido a pequenas mudanças que são transmitidas de geração em geração permanece essencialmente intacta. A seleção natural, como já diz o nome, seleciona, dentre as várias mudanças, as que beneficiam a espécie. Com isso, os benefícios são passados aos poucos para novas gerações, até que façam parte de toda a população.

A grande inovação veio em torno dos anos 1950, com a biologia molecular. Ficou claro que as variações (ou mutações) ocorrem no nível molecular, nos genes. Com o mapeamento do genoma humano durante a última década, mais surpresas ocorreram. Esperava-se que espécies mais sofisticadas, como os humanos, teriam muito mais genes do que as mais simples, como os vermes. Bem, humanos têm praticamente tantos genes quanto ratos. Se o número de genes não mede a complexidade de uma espécie, o que, então, a determina? A resposta encontra-se num novo ramo da biologia molecular, que estuda como os genes se comportam durante o desenvolvimento de um embrião, como as alterações na atividade de cada um deles geram um ser complexo, seja ele uma mosca, um morcego ou uma baleia.

Genes são essencialmente moléculas extremamente longas, como corredores cheios de portas. Os biólogos descobriram que certas moléculas funcionam como chaves que ligam ou desligam as partes dos genes responsáveis pela produção de enzimas específicas. À medida que o embrião evolui, diferentes portas são abertas e fechadas, cada uma responsável por parte de seu corpo. É como se o animal tivesse um mapa de seu desenvolvimento, que determina quais portas devem ser abertas ou fechadas seqüencialmente. O incrível é que todos os seres vivos têm genes similares. A variação da vida vem da ativação de partes diferentes dos genes e não de genes diferentes. A evolução da vida é conseqüência de mutações que ocorrem nas “portas” moleculares e não nos genes. Somos todos essencialmente o mesmo animal, variações sobre o mesmo tema.

(Adaptado de Marcelo Gleiser. **Folha de S. Paulo, Mais!**, 7 de maio de 2006, p. 9)

1. Um título que sintetiza corretamente o assunto do texto é:
 - (A) Biologia molecular e a variação numérica dos genes.
 - (B) Darwin e a teoria da seleção natural das espécies.
 - (C) A maravilha das inúmeras manifestações da vida.
 - (D) As conseqüências do mapeamento do genoma humano.
 - (E) Os mapas de desenvolvimento de cada espécie.

2. *A seleção natural (...) seleciona, dentre as várias mudanças, as que beneficiam a espécie. (2º parágrafo)*

A paráfrase mais adequada para a frase acima está em:

- (A) Os benefícios incorporados às várias espécies determinaram as mudanças da seleção natural.
- (B) Cada uma, entre as diversas espécies, sofreu alterações de ordem natural, para sua própria adaptação.
- (C) A seleção natural seleciona, dentre diferentes mudanças, as menos propícias a cada espécie.
- (D) As várias modificações decorrentes da seleção natural são benéficas para as espécies, que as incorporam.
- (E) Dentre as diversas modificações que ocorrem com as espécies são escolhidas, por seleção natural, as que lhes são favoráveis.

3. O texto desenvolve-se, particularmente, como

- (A) uma crônica em que se apresenta uma maneira bastante pessoal de desenvolvimento de um assunto comum, sobre as diferentes formas de vida.
- (B) uma apresentação de aspectos científicos a respeito da diversidade da vida na Terra, inclusive as atuais descobertas, a partir de novos conhecimentos sobre biologia molecular.
- (C) um relatório, de caráter científico, com descrição de aspectos específicos de alguns seres vivos, capazes de diferenciá-los no meio em que vivem, seja ele o ar, a terra ou a água.
- (D) uma narrativa, apoiada em informações científicas, de como ocorreram mudanças ao longo do tempo, que caracterizam as várias espécies de seres vivos na Terra.
- (E) um texto dissertativo, em que o autor defende a tese de que a vida na Terra teve origem há 3,5 bilhões de anos, com argumentos e exemplos convincentes.

4. *... mais surpresas ocorreram. (3º parágrafo)*

De acordo com o texto, uma das surpresas que ocorreram foi a descoberta de que

- (A) várias espécies diferentes, inclusive as mais sofisticadas, como a humana, têm quase o mesmo número de genes.
- (B) o número de genes, bastante variável em determinadas espécies, é o fator que determina sua complexidade.
- (C) algumas espécies se beneficiaram com alterações genéticas mais favoráveis, que foram transmitidas a todos os seus elementos.
- (D) Darwin, com sua teoria da seleção natural, foi um inovador dos estudos que determinaram o mapeamento do genoma humano.
- (E) as inovações existentes nas inúmeras espécies de vida que se desenvolveram na Terra ocorreram por acaso, ao longo do tempo.

5. Sua idéia de que as espécies variam ... (2º parágrafo)
O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Não havia ainda poderosos instrumentos a ciência pudesse basear-se e desenvolver-se, como ocorre atualmente.
- (B) Os dados se reportavam alguns cientistas permitiram o nascimento de teorias interessantes a respeito da vida no planeta.
- (C) Nem sempre as informações dispõem os pesquisadores são suficientes para justificar complexas teorias científicas.
- (D) Durante muito tempo as explicações para a origem da vida, todos sonhavam, eram fornecidas pela religião.
- (E) É necessário considerar-se o desenvolvimento tecnológico atual foi o grande passo na descoberta de fatos biológicos.

6. O segmento cujo sentido original está corretamente retornado, em outras palavras, é:

- (A) *nos damos conta da incrível criatividade da vida* = nem conseguimos perceber todas as diferenças entre os seres vivos.
- (B) *resultado de acidentes no nível molecular* = vindo de moléculas que se alteraram geneticamente.
- (C) *ao longo de observações cuidadosamente catalogadas* = a partir de anotações existentes em publicações.
- (D) *os benefícios são passados aos poucos para novas gerações* = sucessivas gerações incorporam paulatinamente as alterações benéficas.
- (E) *A grande inovação veio em torno dos anos 1950* = O ano de 1950 assinala o início de uma nova análise dos fatos.

7. ... a característica fundamental da vida: sua capacidade de se adaptar a ambientes diversos. (2º parágrafo)

Os dois-pontos têm a função de introduzir, no contexto,

- (A) repetição enfática do mesmo sentido.
- (B) transcrição exata de um conceito científico.
- (C) comentário à parte, de outro interlocutor.
- (D) especificação enumerativa de dados.
- (E) segmento explicativo da afirmativa anterior.

8. ... que as asas de uma abelha, os olhos de um gato, as nadadeiras de um peixe tenham surgido por acaso ... (1º parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima assinala, no texto,

- (A) situação repetitiva.
- (B) fato hipotético.
- (C) condição favorável.
- (D) ação habitual.
- (E) observação real.

9. Considere a aproximação, no texto, dos verbos ligam e desligam (4º parágrafo). Observa-se a mesma relação na formação das palavras transcritas abaixo, EXCETO no par:

- (A) possível - impossível
- (B) nível - desnível
- (C) criatividade - incrível
- (D) adaptar - desadaptar
- (E) fácil - difícil

Atenção: As questões de números 10 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Sempre que o verão começa, o Mar Báltico fica com a aparência de lama malcheirosa em partes do litoral da Suécia. Os peixes morrem e bóiam na superfície. Quem chega muito perto fica com os olhos ardendo e algumas pessoas têm dificuldade para respirar. Esses são alguns dos efeitos das marés vermelhas, como são chamadas as concentrações de algas tóxicas em águas próximas ao litoral. Até uma década atrás, no Golfo do México, esse fenômeno acontecia em média a cada dez anos – hoje, ele ocorre todo ano e chega a durar meses.

Marés vermelhas são sinal de oceanos doentes. Elas se devem a uma conjunção de fatores, entre eles a destruição dos pântanos e manguezais próximos à costa e a poluição causada pelo assentamento humano, cada vez mais intenso nas regiões litorâneas. Esse cenário diminui a quantidade de peixes e outras espécies marinhas que vivem junto à costa, abrindo caminho para a multiplicação das algas.

Algumas algas produzem toxinas que, além de matar os peixes, são levadas pela brisa marinha até a costa. Em seres humanos, as toxinas provocam incômodo pelo mau cheiro e causam desde reações alérgicas na pele até problemas respiratórios, como bronquite e crises de asma. Durante as marés vermelhas, as toxinas produzidas pelas algas podem chegar à mesa do almoço, absorvidas por mexilhões, ostras e outros frutos do mar. A intoxicação por esses alimentos contaminados provoca infecções intestinais e até convulsões e desmaios.

As marés vermelhas também causam perdas financeiras às áreas afetadas. Em diversas regiões da China, onde o fenômeno vem acontecendo com maior frequência, a pesca comercial fica suspensa enquanto duram as marés. Em regiões turísticas, como a Flórida e a Califórnia, as reservas dos hotéis são canceladas assim que são divulgados alertas de maré vermelha.

(Adaptado de Leoleli Camargo. **Veja**, 27 de setembro de 2006, p.102-103)

10. Resume-se corretamente o assunto do texto da seguinte maneira:

- (A) Marés vermelhas resultam da decomposição de peixes mortos e da proliferação de algas tóxicas em regiões costeiras e de manguezais, impedindo a reprodução e, em consequência, a comercialização de frutos do mar.
- (B) Na Europa e na América do Norte, pessoas têm apresentado reações alérgicas, com dificuldades respiratórias, além de problemas decorrentes da alimentação com frutos do mar, durante as viagens de turismo.
- (C) Roteiros turísticos serão cancelados, com sérios prejuízos econômicos para algumas regiões, caso não seja possível evitar a poluição dos oceanos, que resulta atualmente em marés vermelhas malcheirosas.
- (D) Proposto por especialistas o controle de pântanos e de manguezais, além da redução dos assentamentos humanos próximos ao litoral, para evitar fatores que possam desencadear a concentração de algas tóxicas.
- (E) A poluição decorrente da atividade humana aumenta a quantidade de matéria orgânica na água do mar, criando ambiente propício para a proliferação de algas, com efeitos danosos à saúde das pessoas e à economia de algumas regiões.

<p>11. <i>Algumas algas produzem toxinas que, <u>além de matar os peixes, são levadas pela brisa marinha</u> até a costa.</i> (início do 3º parágrafo)</p> <p>O sentido do segmento grifado acima está corretamente reproduzido em:</p> <p>(A) não só matam os peixes, como também são levadas pela brisa marinha ...</p> <p>(B) enquanto matam os peixes, são levadas pela brisa marinha ...</p> <p>(C) mesmo que não matem os peixes, ainda assim são levadas pela brisa marinha ...</p> <p>(D) após matarem os peixes, levam à brisa marinha ...</p> <p>(E) depois de matar os peixes, chegam com a brisa marinha ...</p>	<p>14. <i>Esse cenário <u>diminui</u> a quantidade de peixes e outras espécies marinhas ...</i> (2º parágrafo)</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... o Mar Báltico fica com a aparência de lama malcheirosa em partes do litoral da Suécia.</p> <p>(B) ... e algumas pessoas têm dificuldade para respirar.</p> <p>(C) ... esse fenômeno acontecia em média a cada dez anos ...</p> <p>(D) Marés vermelhas são sinal de oceanos doentes.</p> <p>(E) ... que vivem junto à costa ...</p>
<p>12. ... entre <u>elas</u> a destruição dos pântanos e manguezais próximos à costa ... (2º parágrafo)</p> <p>O pronome grifado acima refere-se, considerando-se o contexto, aos</p> <p>(A) sinais que apontam a existência de oceanos doentes.</p> <p>(B) efeitos danosos provocados pelas marés vermelhas.</p> <p>(C) fatores que propiciam a ocorrência de marés vermelhas.</p> <p>(D) fenômenos que causam destruição de pântanos e manguezais.</p> <p>(E) problemas de saúde provocados por alimentos contaminados.</p>	<p>15. <i>A proliferação de algas tóxicas tinge o mar.</i></p> <p><i>Algas tóxicas provocam a morte de peixes e de outras espécies marinhas.</i></p> <p><i>Algas tóxicas contaminam frutos do mar.</i></p> <p><i>Pessoas que ingerem alimentos contaminados apresentam problemas de saúde.</i></p> <p>As frases acima articulam-se em um único período com clareza, correção e lógica em:</p> <p>(A) A proliferação de algas tóxicas tinge o mar, provocando a morte de peixes e de outras espécies marinhas; da mesma forma, essas algas contaminam os frutos do mar, o que resulta em problemas de saúde para as pessoas que os ingerem.</p> <p>(B) A proliferação de algas tóxicas tinge o mar com a morte de peixes e de outras espécies marinhas que ficam contaminadas pelas algas tóxicas; como também os frutos do mar, que as pessoas que ingerem, apresentando problemas de saúde.</p> <p>(C) As algas tóxicas que contaminam frutos do mar com a proliferação, tinge o mar e provocam a morte de peixes e de outras espécies marinhas; os alimentos contaminados apresentam problemas de saúde nas pessoas, se ingeridos.</p> <p>(D) Pessoas que ingerem alimentos contaminados apresentam problemas de saúde, o fato se deve a proliferação de algas tóxicas as quais provocam a morte de peixes e de outras espécies marinhas; tingem o mar contaminando os seus frutos.</p> <p>(E) Algas tóxicas provocam a morte de peixes e de outras espécies marinhas com sua proliferação; tinge e contamina os frutos do mar e as pessoas que lhes ingerem, os contaminados apresentam problemas de saúde.</p>
<p>13. <i>Esses são alguns dos efeitos das marés vermelhas ...</i> (1º parágrafo)</p> <p>Ao introduzir a frase transcrita acima, o pronome demonstrativo grifado</p> <p>(A) antecipa a conceituação necessária para o fenômeno que é o assunto do texto.</p> <p>(B) estabelece uma repetição enfática, porém desnecessária, dos fenômenos já citados.</p> <p>(C) especifica o tempo e o espaço em que ocorrem os fenômenos antes citados.</p> <p>(D) indica a retomada dos fenômenos antes relacionados, numa referência única.</p> <p>(E) redistribui as conseqüências dos fenômenos assinalados, acentuando seu efeito nas pessoas.</p>	

Atenção: As questões de números 16 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O apetite é, antes de tudo, um instinto. Precisamos comer para sobreviver, assim como precisamos respirar, beber e dormir. É um instinto tão poderoso que pessoas esfomeadas não conseguem pensar em outra coisa senão em comida. Mas os seres humanos, ao longo de sua evolução, transformaram o ato de comer em algo muito mais significativo do que a mera satisfação de uma necessidade. Comer é prazer. É uma das mais ricas experiências sensoriais que podemos ter. Comer é, também, um ato emocional. Traz conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa. Influencia nosso humor e nossa disposição. Para alguns, chega a ser uma experiência espiritual.

Nossa sociedade se mobiliza em torno da comida. A cultura de cada país se define, umas mais do que outras, por sua gastronomia. Quase não o percebemos, mas a produção, a distribuição e o preparo de alimentos são, há muito tempo, as principais atividades econômicas da humanidade. E nossa relação com a comida ainda comanda boa parte da atenção de governos, da mídia, da comunidade científica e de outras instituições.

O apetite e a maneira pela qual o satisfazemos são questões muito mais complexas do que se pode imaginar. Antes que se dê uma mordida num sanduíche qualquer, ocorrem dezenas de transações comerciais, enquanto centenas de fatores ambientais influenciam inúmeros processos biológicos e psicológicos no corpo. Compreender como essas forças interagem e como são capazes de nos afetar pode ter um profundo impacto na qualidade e na quantidade de vida que teremos.

(Adaptado de Rodrigo Velloso. **Superinteressante**, fevereiro de 2004, p.67)

16. Conclui-se corretamente do texto que

- (A) a alimentação, mesmo quando resulta do gosto pessoal na escolha do que vai ser ingerido, decorre de antigos hábitos instintivos dos seres humanos.
- (B) a sensação de fome, por ser um instinto atávico na espécie humana, geralmente provoca reações emocionais nem sempre apropriadas à vida em sociedade.
- (C) a culinária de alguns países tem merecido atenção dos governantes, como meio de obter vantagens econômicas de sua exploração comercial e divulgação no mundo todo.
- (D) as escolhas referentes à forma e à variedade da alimentação podem refletir-se na qualidade e no tempo de vida de cada pessoa.
- (E) a complexidade das funções orgânicas ligadas ao ato de comer dificilmente permitiria uma percepção exata de seu mecanismo.

17. O texto deixa claro que o ato de comer

- I. permanece como um instinto que permite a sobrevivência do homem no seio da sociedade, satisfazendo-lhe especialmente as necessidades psicológicas, tornando-o um ser adequado à convivência social.
- II. permitiu o desenvolvimento da humanidade em todo o planeta, e o advento da civilização, da cultura e da indústria, esta como uma das atividades econômicas importantes do homem.
- III. impele as pessoas, ao lado de outros atos instintivos, como respirar, beber e dormir, a uma vida mais duradoura, pois os diversos alimentos garantem a longevidade da espécie humana.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. *É um instinto tão poderoso que pessoas esfomeadas não conseguem pensar em outra coisa senão em comida.* (1º parágrafo)

A articulação sintático-semântica que se estabelece no período transcrito acima é, respectivamente, de

- (A) explicação e finalidade.
- (B) finalidade e conclusão.
- (C) consequência e explicação.
- (D) fato e causa.
- (E) causa e consequência.

19. *Comer é, também, um ato emocional. Traz conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa. Influencia nosso humor e nossa disposição. Para alguns, chega a ser uma experiência espiritual.* (1º parágrafo)

As frases acima encontram-se corretamente articuladas em um único período, com clareza, respeitando o sentido do texto, em:

- (A) Comer é, também, um ato emocional de que traga conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa, com a influência no nosso humor e nossa disposição, conquanto seja, para alguns, uma experiência espiritual.
- (B) Comer é, enquanto, um ato emocional para o qual traz conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa, e influencia nosso humor e nossa disposição, em que pese chegar a ser, para alguns, uma experiência espiritual.
- (C) Para comer é, também, um ato emocional desde que traz conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa como também tem influência no nosso humor e nossa disposição com que, para alguns, chega a ser uma experiência espiritual.
- (D) Comer é, também, um ato emocional que traz conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa, influenciando nosso humor e nossa disposição, além de chegar a ser, para alguns, uma experiência espiritual.
- (E) Se comer é, também, um ato emocional, trazendo conforto, tranquilidade e, às vezes, culpa, para influenciar nosso humor e nossa disposição, para alguns, chegando a ser uma experiência espiritual.

<p>20. A concordância verbo-nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) O desenvolvimento de técnicas de produção e de distribuição de alimentos permitiu a expansão da espécie humana em todo o planeta.</p> <p>(B) Ocorreu mudanças expressivas, ao longo dos tempos, na relação do homem com os alimentos, que foi se tornando mais variados e disponíveis.</p> <p>(C) Os hábitos alimentares, parte significativa da cultura de cada país, tornou-se uma das principais atividades econômicas do homem.</p> <p>(D) Com o início da agricultura, a tarefa de conseguir alimentos passaram a exigir menos esforço e os períodos de escassez de comida foi menos freqüente.</p> <p>(E) A visão de uma cesta repleta de pães quentinhos são tão apetitosos que fica difícil resistir à tentação de comer mais que o necessário.</p>	<p>24. O Município X, localizado no Estado do Rio de Janeiro, não possui Fundo de Saúde, nem plano de saúde e não conta com contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento. De acordo com a Lei nº 8.142/90, estes fatos</p> <p>(A) poderão implicar em administração dos recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS pela União, através do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CANASS.</p> <p>(B) poderão implicar em administração dos recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS pela União, através do Ministério da Saúde.</p> <p>(C) poderão implicar em administração dos recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS pelo Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>(D) não trarão nenhuma conseqüência, por ser facultativo a qualquer Município possuir Fundo de Saúde, ter plano de saúde e contar com contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.</p> <p>(E) poderão acarretar a aplicação de multa pecuniária no valor de um salário mínimo por habitante, bem como a suspensão temporária das atividades do Conselho de Saúde do Município.</p>
<p>21. Considere os seguintes atos:</p> <p>I. Cumprir e fazer cumprir as normas relativas à saúde suplementar.</p> <p>II. Exercer a administração da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>III. Editar normas sobre matérias de competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>IV. Representar legalmente a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>De acordo com a Lei nº 9.961/00, compete à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS os atos indicados APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>25. Maria, 80 anos de idade, contribui há dez anos para a operadora de planos de assistência à saúde "SATO". Recentemente, ela realizou cirurgia para a extração de câncer de mama, que culminou na extração total de sua mama direita. Neste caso, a operadora "SATO"</p> <p>(A) deverá prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, utilizando-se apenas de técnicas básicas e não complexas, para o tratamento da mutilação.</p> <p>(B) não é obrigada a prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, por tratar-se de procedimento cirúrgico para fins estéticos.</p> <p>(C) não é obrigada a prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, pelo fato de Maria contar com 80 anos de idade.</p> <p>(D) não é obrigada a prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, pelo fato de Maria não ter atingido a contribuição mínima exigida de 20 anos.</p> <p>(E) deverá prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias, para o tratamento da mutilação.</p>
<p>22. Mauro passou para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe e João passou do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior. Para fins da Lei nº 10.871/04, considerando que Mauro e João são servidores públicos federais,</p> <p>(A) ocorreu a promoção de Mauro e de João.</p> <p>(B) ocorreu a promoção de Mauro e a progressão de João.</p> <p>(C) ocorreu a progressão de Mauro e de João.</p> <p>(D) ocorreu a progressão de Mauro e a promoção de João.</p> <p>(E) não ocorreu promoção ou progressão de Mauro ou de João.</p>	<p>26. Dolores possui um plano privado de assistência à saúde há 15 anos. Seu plano inclui apenas atendimento ambulatorial. Neste caso, de acordo com a Lei nº 9.656/98, seu plano de saúde deverá, dentre outras coberturas, no mínimo, cobrir</p> <p>(A) internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, permitida a limitação de prazo, a critério do médico.</p> <p>(B) internações hospitalares, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, vedada exclusão dos procedimentos obstétricos.</p> <p>(C) consultas médicas, em número limitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.</p> <p>(D) as despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação.</p> <p>(E) a taxa de sala de cirurgia, excluindo materiais utilizados, assim como a remoção do paciente para outro estabelecimento hospitalar.</p>
<p>23. De acordo com a Lei nº 8.080/90, compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde – SUS</p> <p>(A) estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde.</p> <p>(B) definir e coordenar os sistemas de rede integrada de assistência de alta complexidade.</p> <p>(C) normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.</p> <p>(D) elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde e os serviços privados contratados de assistência à saúde.</p> <p>(E) formar consórcios consultivos intermunicipais, bem como gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.</p>	

<p>27. João possui 71 anos de idade. Maria possui 81 anos e Diogo possui 91 anos. João e Maria são portadores de deficiências e Diogo não. Neste caso, de acordo com a Lei nº 9.656/98,</p> <p>(A) João e Maria podem ser impedidos de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde por serem portadores de deficiências.</p> <p>(B) João, Maria e Diogo não podem ser impedidos de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde, seja pela idade ou pela deficiência.</p> <p>(C) Diogo pode ser impedido de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde por possuir mais de 85 anos de idade.</p> <p>(D) Maria e Diogo podem ser impedidos de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde por possuírem mais de 75 anos de idade.</p> <p>(E) João, Maria e Diogo podem ser impedidos de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde por possuírem mais de 70 anos de idade.</p>	<p>30. De acordo com a Lei nº 11.302/06, em regra, a parcela referente à avaliação de desempenho institucional será igual a 0 (zero) quando o tempo médio apurado entre a marcação e a realização da perícia inicial, no âmbito da Gerência Executiva de lotação do servidor, for igual ou</p> <p>(A) inferior a 5 (cinco) dias.</p> <p>(B) inferior a 30 (trinta) dias.</p> <p>(C) superior a 20 (vinte) dias.</p> <p>(D) superior a 30 (trinta) dias.</p> <p>(E) superior a 40 (quarenta) dias.</p>
<p>28. De acordo com a Lei nº 10.185/01, as sociedades seguradoras especializadas em seguros privados de assistência à saúde, na forma da lei, ficam expressamente subordinadas às normas</p> <p>(A) e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>(B) da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.</p> <p>(C) da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>(D) e à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.</p> <p>(E) exclusivas do Conselho Monetário Nacional – CMN e à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.</p>	<p>31. Considere:</p> <p>I. Anulação de todos os contratos que não forem transformados em planos especiais.</p> <p>II. Revisão de contratos, procedendo-se às devidas alterações de cláusulas contratuais em vigor, por meio de termos aditivos.</p> <p>III. Proibição da migração da relação contratual estabelecida para outro plano da mesma operadora.</p> <p>De acordo com a Lei nº 10.850/04, dentre as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos de planos privados de assistência à saúde firmados até 2 de janeiro de 1999, é correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>29. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita</p> <p>(A) exclusivamente de forma direta pelo Poder Público, através da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedada a execução através de terceiros.</p> <p>(B) exclusivamente de forma direta pela União, sendo vedada a execução através de terceiros.</p> <p>(C) diretamente ou através de terceiros, excetuando-se as pessoas físicas, por não terem estrutura ou competência para essa execução.</p> <p>(D) diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.</p> <p>(E) exclusivamente de forma direta pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, visto que à União cabe apenas a fiscalização, sendo vedada a execução por terceiros.</p>	<p>32. No tocante à qualidade, à prevenção, à reparação dos danos e à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O fabricante de produtos responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes do projeto e da fabricação mediante a verificação de culpa.</p> <p>(B) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.</p> <p>(C) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.</p> <p>(D) Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.</p> <p>(E) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.</p>

<p>33. Vilma adquiriu na farmácia "Y" vinte caixas de remédio de uso liberado não essencial, sendo que, no mesmo dia da compra, ao abrir as embalagens, percebeu que uma delas estava vazia. Segundo a Lei nº 8.078/90, no tocante à responsabilidade por vício do produto, o prazo que Vilma deve conferir à farmácia "Y", para sanar o vício antes de exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições, é de</p> <p>(A) cinco dias.</p> <p>(B) dez dias.</p> <p>(C) quinze dias.</p> <p>(D) vinte dias.</p> <p>(E) trinta dias.</p>	<p>36. Considere os seguintes requisitos:</p> <p>I. o preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;</p> <p>II. o domicílio onde será proposta ação por responsabilidade civil do fornecedor;</p> <p>III. os acréscimos legalmente previstos;</p> <p>IV. o número e a periodicidade das prestações;</p> <p>V. a soma total a pagar, não sendo caso de financiamento.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.078/90, no que concerne ao fornecimento de produtos ou serviços, quando envolver outorga de crédito ou concessão de financiamento, os requisitos mínimos obrigatórios que deverão ser informados prévia e adequadamente pelo fornecedor ao consumidor são os indicados APENAS em</p> <p>(A) III e V.</p> <p>(B) II, IV e V.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>34. Carlos é distribuidor não exclusivo de garrafas de água mineral, cujo processo de engarrafamento é realizado pela empresa "Pura Ltda.". Porém, Carlos ignora que a empresa "Pura Ltda." age de má-fé utilizando uma fonte de água contaminada por dejetos fecais para encher as garrafas. Neste caso, se algum consumidor, para quem tenha distribuído, venha a sofrer problema de saúde em razão do consumo da água contaminada, Carlos</p> <p>(A) não será responsabilizado, porque, além de ter agido de boa-fé ao distribuir as garrafas de água ao mercado de consumo, não é distribuidor exclusivo do produto.</p> <p>(B) não será responsabilizado, porque, neste caso, a responsabilidade é exclusiva da empresa "Pura Ltda." responsável pela fabricação do produto.</p> <p>(C) não será responsabilizado, porque a má-fé do agente, que executa o processo de engarrafamento, lhe retira o ônus de reparar ou indenizar os danos acarretados ao consumidor.</p> <p>(D) será responsabilizado, porque a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.</p> <p>(E) será responsabilizado, salvo se provar, exclusivamente, por meio de processo administrativo, que agiu com boa-fé ao distribuir as garrafas no mercado de consumo.</p>	<p>37. É certo que a garantia legal de adequação do produto ou serviço</p> <p>(A) depende de termo expresso, só podendo ocorrer a exoneração contratual do fornecedor em determinadas hipóteses legais.</p> <p>(B) depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.</p> <p>(C) independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.</p> <p>(D) independe de termo expresso, podendo ocorrer a exoneração contratual do fornecedor.</p> <p>(E) depende de termo expresso e complementa a garantia contratual conferida pelo fornecedor.</p>
<p>35. Dentre outras situações, o fornecedor de serviços</p> <p>(A) pode enviar ou entregar ao consumidor produto ou fornecer serviço sem solicitação prévia.</p> <p>(B) deve veicular a publicidade de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.</p> <p>(C) pode repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.</p> <p>(D) pode aplicar fórmula ou índice de reajuste, ainda que diverso do legal e contratualmente estabelecido.</p> <p>(E) deve condicionar o fornecimento de determinado produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço diverso.</p>	<p>38. De acordo com a Lei nº 8.078/90, consumidor é toda pessoa</p> <p>(A) física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.</p> <p>(B) física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como insumo necessário para desenvolver atividade lucrativa de produção de bens duráveis ou não.</p> <p>(C) física que adquire ou utiliza produto ou serviço com fins lucrativos, dispondo de controle sobre bens de produção.</p> <p>(D) jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço com fins lucrativos, dispondo de controle sobre bens de produção.</p> <p>(E) física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço, como insumo necessário, para distribuir ou comercializar bens duráveis com fins lucrativos.</p> <p>39. Com relação ao fornecedor de produtos e de serviços, é correto afirmar que o ente</p> <p>(A) nacional não pode ser considerado fornecedor se for pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(B) estrangeiro só pode ser considerado fornecedor se for pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(C) nacional não pode ser considerado fornecedor se não for dotado de personalidade jurídica.</p> <p>(D) estrangeiro só pode ser considerado fornecedor se for pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(E) estrangeiro pode ser considerado fornecedor se for dotado ou não de personalidade jurídica.</p>

<p>40. Considera-se de adesão o contrato cujas cláusulas tenham sido</p> <p>(A) estabelecidas bilateralmente pelo fornecedor e consumidor de produtos ou serviços, sendo discutidas ou modificadas substancialmente em seu conteúdo.</p> <p>(B) aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.</p> <p>(C) estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, ainda que o consumidor insira cláusula no formulário desfigurando a natureza de adesão do contrato.</p> <p>(D) aprovadas pela autoridade competente, desde que respeitadas as garantias individuais do consumidor, que tem o direito de modificar substancialmente seu conteúdo.</p> <p>(E) aprovadas pela autoridade competente, ainda que o consumidor insira cláusula no formulário desfigurando a natureza de adesão do contrato.</p>	<p>45. Para digitar textos no Word, uma maneira rápida de alternar entre os modos Inserir e Sobrescrever é clicar duas vezes na Barra de <i>status</i> sobre a área</p> <p>(A) EST.</p> <p>(B) INS.</p> <p>(C) ALT.</p> <p>(D) SE.</p> <p>(E) SOB.</p>
<p>41. No canto direito da área de notificação do Windows será exibido um relógio se esta opção for assinalada em</p> <p>(A) Data e hora na Barra de tarefas.</p> <p>(B) Propriedades da Barra de ferramentas.</p> <p>(C) Propriedades da Barra de tarefas.</p> <p>(D) Data e hora no Painel de controle.</p> <p>(E) Opções regionais e de idioma no Painel de controle.</p>	<p>46. Para evitar que a primeira linha de um parágrafo fique no final de uma página ou que a última linha de um parágrafo fique no topo de uma página, deve-se, em Quebras de linha e de página, dentro de Formatar parágrafos, no documento Word, assinalar a opção</p> <p>(A) Manter com o próximo.</p> <p>(B) Quebrar página antes.</p> <p>(C) Controle de linhas órfãs/viúvas.</p> <p>(D) Manter linhas juntas.</p> <p>(E) Não hifenizar.</p>
<p>42. O posicionamento padrão da Barra de menus no aplicativo Windows Explorer é localizado imediatamente</p> <p>(A) acima da Barra de tarefas.</p> <p>(B) abaixo da Barra de ferramentas.</p> <p>(C) abaixo da Barra de tarefas.</p> <p>(D) acima da Barra de <i>status</i>.</p> <p>(E) abaixo da Barra de título da janela.</p>	<p>47. No Outlook Express, as mensagens de correio eletrônico são normalmente enviadas pelo protocolo</p> <p>(A) SMTP.</p> <p>(B) IMAP4.</p> <p>(C) POP3.</p> <p>(D) HTTP.</p> <p>(E) FTP.</p>
<p>43. A célula ativa do Excel, posicionada em qualquer parte central da planilha, será posicionada no início da planilha, na interseção da linha 1 com a coluna 1, ao serem pressionadas as teclas</p> <p>(A) Ctrl + Page Up.</p> <p>(B) Shift + Home.</p> <p>(C) Ctrl + Home.</p> <p>(D) Shift + Page Up.</p> <p>(E) Alt + Page Up.</p>	<p>48. Quando uma rede de computadores de uma empresa, com servidor Web e protocolo TCP/IP, se comunica com outra rede Web de outra empresa, trata-se de uma rede</p> <p>(A) Intranet.</p> <p>(B) Extranet.</p> <p>(C) Internet.</p> <p>(D) Internet 2.</p> <p>(E) <i>Wireless</i>.</p>
<p>44. No Excel, para utilizar um intervalo de células, como se fosse uma única célula, deve-se selecionar o intervalo e, na aba Alinhamento de Formatar células, assinalar a opção</p> <p>(A) Mesclar células.</p> <p>(B) Alinhamento horizontal.</p> <p>(C) Reduzir para ajustar.</p> <p>(D) AutoAjuste da seleção.</p> <p>(E) Retorno automático de texto.</p>	<p>49. Um monitor de vídeo de 15 polegadas significa que o tamanho é representado pela medida</p> <p>(A) somada dos quatro lados da tela.</p> <p>(B) da horizontal da tela.</p> <p>(C) da vertical da tela.</p> <p>(D) somada da altura mais a largura da tela.</p> <p>(E) da diagonal da tela.</p> <p>50. Um <i>mouse</i> de conexão serial normalmente é plugado no microcomputador por meio de uma porta</p> <p>(A) AGP.</p> <p>(B) LPT.</p> <p>(C) USB.</p> <p>(D) COM.</p> <p>(E) PCI.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Quanto aos Processos Administrativos considere:

I. No processo administrativo deve ser observado o contraditório e a ampla defesa.

II. A oficialidade é o princípio que garante à Administração iniciar o processo administrativo de ofício, sem a necessidade de provocação de terceiros.

III. A imposição da sanção por meio da chamada verdade sabida, em sindicância administrativa, é admitida em todas as infrações funcionais punidas com advertência e suspensão.

IV. No processo administrativo, predomina a atipicidade de ilícitos e infrações, que geralmente são previstos por conceitos jurídicos indeterminados, como no caso da expressão “falta grave”.

É correto o que consta APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I e III.

(C) I, III e IV.

(D) II e III.

(E) II, III e IV.

52. Dentre outros, NÃO constitui atributo do ato administrativo a

(A) tipicidade.

(B) presunção de legitimidade.

(C) imperatividade.

(D) eficácia vinculada.

(E) presunção de veracidade.

53. No que se refere às penalidades previstas para os servidores públicos federais, nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que a

(A) exoneração será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com suspensão e de violação das demais proibições que tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão.

(B) destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

(C) suspensão será aplicada nos casos de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave, não podendo exceder de 30 (trinta) dias.

(D) penalidade de destituição de função comissionada terá seu registro cancelado, após o decurso de 2 (dois) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

(E) cassação da aposentadoria ou da disponibilidade ocorrerá quando o servidor inativo houver praticado, na inatividade, falta punível com a suspensão.

54. Considerando os servidores públicos federais, analise:

I. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua decisão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

II. Deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, podendo recorrer da reintegração do anterior ocupante.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, tais assertivas correspondem, respectivamente, à

(A) recondução, à disponibilidade e à remoção.

(B) substituição, à recondução e ao reaproveitamento.

(C) redistribuição, à vacância e à reintegração.

(D) remoção, à substituição e ao aproveitamento.

(E) reintegração, à remoção e à recondução.

55. No que concerne ao processo administrativo estabelecido pela Lei nº 9.784/99, é INCORRETO afirmar:

(A) Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

(B) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior, podendo ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

(C) Havendo pluralidade de interessados na abertura de processo administrativo, ainda que tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, deverão ser formulados, obrigatoriamente e em qualquer caso, pedidos individuais e diversos.

(D) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

(E) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis, sendo que, havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

<p>56. De acordo com a Lei nº 8.080/90, os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de</p> <p>(A) dois acompanhantes, indicados por sua genitora, esposo ou descendente maior de 18 (dezoito) anos, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.</p> <p>(B) um acompanhante, indicado pela autoridade competente responsável, durante todo o período de trabalho de parto, parto, excetuando-se o pós-parto imediato.</p> <p>(C) dois acompanhantes, indicados pela parturiente, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.</p> <p>(D) dois acompanhantes, indicados pela autoridade responsável, durante todo o período de trabalho de parto, parto, excetuando-se o pós-parto imediato.</p> <p>(E) um acompanhante, indicado pela parturiente, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.</p>	<p>59. Considere:</p> <p>I. Ministro de Estado da Fazenda, ou seu representante legal.</p> <p>II. Ministro de Estado da Justiça, ou seu representante legal.</p> <p>III. Presidente do Banco Central do Brasil, ou seu representante legal.</p> <p>IV. Ministro de Estado da Defesa.</p> <p>De acordo com a Lei nº 9.656/98, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP será integrado, dentre outros, pelos membros indicados APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>57. De acordo com a Lei nº 8.142/90, é certo que o Conselho de Saúde, dentre outras situações,</p> <p>(A) tem caráter temporário e deliberativo e suas decisões serão homologadas pela Conferência de Saúde.</p> <p>(B) é um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários.</p> <p>(C) reunir-se-á a cada dois anos a fim de propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.</p> <p>(D) atua no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, com exceção dos aspectos econômicos e financeiros.</p> <p>(E) reunir-se-á a cada três anos para avaliar a situação de saúde, sendo convocado pelo Poder Executivo.</p>	<p>60. A operadora X de plano privado de assistência à saúde pretende realizar operação financeira com a empresa Y da qual participa Mévio, irmão de membro do Conselho Consultivo Fiscal da operadora X. Neste caso, é</p> <p>(A) vedada a realização da operação financeira com a empresa Y se Mévio for considerado como controlador da empresa Y, em conjunto ou isoladamente.</p> <p>(B) vedada a realização de qualquer operação financeira com a empresa Y, independentemente do cargo que Mévio exerça na empresa.</p> <p>(C) vedada a realização da operação financeira com a empresa Y apenas se Mévio for considerado controlador isolado da empresa Y.</p> <p>(D) permitida a realização da operação financeira com a empresa Y, uma vez que o irmão de Mévio não é membro de Conselho Administrativo da operadora X.</p> <p>(E) permitida a realização da operação financeira com a empresa Y, uma vez que o irmão de Mévio não exerce cargo de Diretor Geral da operadora X.</p>
<p>58. Milton, titular de plano privado coletivo de assistência à saúde decorrente de vínculo empregatício, faleceu na semana passada. Neste caso, o direito de permanência de seus dependentes será coberto</p> <p>(A) pelo período máximo de vinte e quatro meses, com o mínimo assegurado de doze meses.</p> <p>(B) por prazo indeterminado, uma vez que o falecimento de empregado titular de plano coletivo não poderá acarretar prejuízo aos seus dependentes.</p> <p>(C) pelo período de um terço do tempo de permanência de Milton no plano, com o mínimo assegurado de seis meses e o máximo de vinte e quatro meses.</p> <p>(D) pelo período de dois terços do tempo de permanência de Milton no plano, com o mínimo assegurado de doze meses e o máximo de vinte e quatro meses.</p> <p>(E) pelo período máximo de quarenta e oito meses, com o mínimo assegurado de vinte e quatro meses.</p>	<p>61. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Porém, o fornecedor de serviços NÃO será responsabilizado quando provar que:</p> <p>(A) obteve previamente as licenças dos órgãos públicos para fornecer o serviço e que tentou sanar o defeito, não obtendo êxito.</p> <p>(B) tentou sanar o defeito, não obtendo êxito, e que ampliou o prazo de garantia legal do consumidor.</p> <p>(C) obteve previamente as licenças dos órgãos públicos para fornecer o serviço e que tenha passado previamente por controle de qualidade.</p> <p>(D) tendo prestado o serviço, o defeito inexistia ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.</p> <p>(E) tentou sanar o defeito por três vezes consecutivas durante o período de um ano, demonstrando boa-fé.</p>

62. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, no caso de fornecimento de serviço e de produto duráveis, caduca em

(A) noventa dias.
 (B) sessenta dias.
 (C) quarenta dias.
 (D) trinta dias.
 (E) vinte dias.

63. Geraldo utilizou um sabonete líquido fornecido pela empresa "Sabo Ltda.", sendo que, após consumi-lo, passou a sofrer de grave alergia decorrente de um componente utilizado em excesso na fabricação do produto, ficando obrigado a submeter-se a dispendioso tratamento de saúde que o onerou. Para exigir de "Sabo Ltda." a reparação dos danos materiais causados pelo vício do produto Geraldo terá o prazo prescricional de

(A) dois anos, a contar do conhecimento do dano e de sua autoria.
 (B) quatro anos, a contar do conhecimento do dano e de sua autoria.
 (C) quatro anos, a contar do momento em que adquiriu o produto.
 (D) cinco anos, a contar do momento em que adquiriu o produto.
 (E) cinco anos, a contar do conhecimento do dano e de sua autoria.

64. Considere as seguintes penas:

I. Inutilização de produtos.
 II. Proibição de fabricação de produtos.
 III. Cassação de alvará de licença.
 IV. Interdição e suspensão temporária da atividade.
 V. Intervenção administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.078/90, por meio de procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, não sendo caso de reincidência, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço, poderão ser aplicadas pela Administração as penas indicadas APENAS em

(A) IV e V.
 (B) III e IV.
 (C) II, IV e V.
 (D) I e II.
 (E) I, III e V.

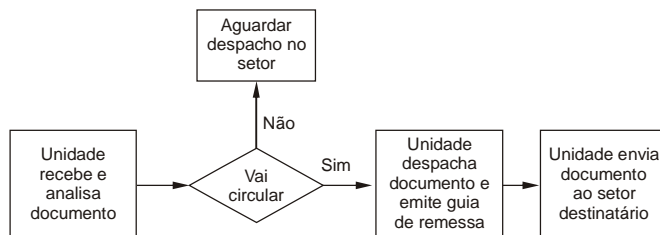
65. A Convenção Coletiva de Consumo torna-se obrigatória a partir

(A) da realização da Assembléia Geral Ordinária dos filiados.
 (B) da assinatura de todos os filiados no termo da Convenção Coletiva.
 (C) do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.
 (D) da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos filiados.
 (E) da assinatura da ata da Assembléia Geral Ordinária dos filiados.

66. Um funcionário de uma instituição pública encontrou, em um depósito, um enorme volume de documentos os mais variados, mas sem nenhuma ordem. Para saber se são documentos de arquivo que precisam ser organizados e preservados, uma das primeiras providências a tomar é

(A) identificar e agrupar os documentos de acordo com sua espécie ou tipo.
 (B) verificar se os documentos foram registrados no setor de protocolo.
 (C) elaborar um projeto para recuperar, organizar e classificar os documentos.
 (D) considerar o interesse do público interno e externo em consultá-los.
 (E) instaurar um processo administrativo para penalizar os responsáveis.

67. Considere:



A figura ilustra um

- (A) serviço de registro, autuação e expedição de informações.
 (B) diagrama esquemático do registro geral de protocolo.
 (C) conjunto de rotinas próprias da gestão de arquivos.
 (D) fluxo de ações típicas da tramitação de documentos.
 (E) grupo de processos a ser adotado pelas unidades protocolizadoras.

68. Documento é

(A) a anotação oficial de dados.
 (B) um conjunto de conhecimentos e técnicas.
 (C) o suporte da informação.
 (D) uma determinação escrita, emanada de autoridade superior.
 (E) o item que encerra um sentido geral ou particular.

69. A classificação e a ordenação de documentos de arquivo

(A) restringem-se a arquivos históricos, devido ao custo e interesse.
 (B) somente se aplicam aos arquivos permanentes.
 (C) são obrigatoriamente feitas nas etapas de expedição e protocolo.
 (D) devem abranger todos os tipos de documentos e de arquivos.
 (E) podem ser realizadas em qualquer fase dos arquivos.

70. É um programa automatizado de controle documental, disponível na rede corporativa de microcomputadores do Ministério da Saúde, podendo ser utilizado por qualquer unidade da instituição. Trata-se do

(A) Diretório de Normas e Habilitação de Dados (Din-data).
 (B) Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo (Sipar).
 (C) Plano de Programação Pactuada de Documentos (PPPD).
 (D) Padrão de Troca de Informação em Saúde Suplementar (TISS).
 (E) Departamento Geral de Documentação e Informação (DeDoc).

<p>71. O conjunto de instrumentos que permite que, em decorrência da avaliação, se encaminhe os documentos à guarda temporária ou permanente, à eliminação e/ou à reprodução é conhecido como plano de</p> <p>(A) desbastamento de documentos. (B) temporalidade. (C) identificação de pertinência. (D) destinação de documentos. (E) custódia.</p>	<p>76. Processo estratégico de mudança planejada, de longo prazo, que objetiva alavancar a organização a estágios cada vez mais avançados e que integra metas individuais, grupais e empresariais é denominado de</p> <p>(A) cultura organizacional. (B) avaliação de desempenho. (C) clima organizacional. (D) desenvolvimento organizacional. (E) ética empresarial.</p>
<p>72. <i>Asseguram o funcionamento das instituições e a aplicação dos direitos legais e das políticas institucionais e governamentais.</i></p> <p>A frase acima refere-se aos arquivos</p> <p>(A) intermédios. (B) correntes ou administrativos. (C) históricos. (D) audiovisuais. (E) digitais.</p>	<p>77. O método de avaliação de desempenho em que o avaliador concentra-se em determinar os pontos fortes e fracos de quem está sendo avaliado, apontando comportamentos extremos, sem análise dos traços de personalidade, é o método de</p> <p>(A) escalas gráficas. (B) incidentes críticos. (C) comparativo. (D) escolha forçada. (E) 360 graus.</p>
<p>73. Entre os requisitos indispensáveis ao funcionário que atua na área de arquivos, pode-se destacar</p> <p>(A) ter plena ciência das atividades e interesses da instituição e sua área de atuação. (B) conhecer os vários idiomas em que os documentos foram produzidos. (C) ter boa saúde e resistência física. (D) ter boas relações com os responsáveis pelas diversas seções administrativas. (E) conhecer o desenvolvimento histórico do órgão em que atua.</p>	<p>78. Considere os dados da Agência de Negócios "Vida":</p> <ul style="list-style-type: none"> – Número de efetivos em 1^o de janeiro de 2006 = 700; – Número de efetivos em 31 de dezembro de 2006 = 1.300; – Número de desligados no período = 130. <p>O índice de rotatividade da Agência é de</p> <p>(A) 6,5% (B) 10% (C) 13% (D) 18% (E) 21%</p>
<p>74. A seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo é conhecida como</p> <p>(A) ordenação. (B) catalogação. (C) classificação. (D) planificação. (E) codificação.</p>	<p>79. O montante de faltas no trabalho, atraso e saídas antecipadas ocorridas durante um determinado período são bases de cálculo para o índice de</p> <p>(A) assiduidade. (B) rotatividade. (C) banco de horas. (D) efetividade. (E) absenteísmo.</p>
<p>75. Para controlar melhor os documentos que saem do arquivo e para garantir a sua integridade, é interessante que se adote um sistema de controle de empréstimo de documentos. Isto pode ser melhor atingido pela elaboração de um formulário de Requisição de documentos, do qual deverão constar os seguintes dados:</p> <p>(A) nome e número funcional do requisitante; identificação do documento; natureza da solicitação; assinaturas e data de empréstimo. (B) nome do requisitante; natureza da solicitação; assinatura do superior imediato e data de devolução. (C) identificação do requisitante; autorização do responsável pelo arquivo; natureza da solicitação e datas de empréstimo e devolução. (D) identificação do documento, do requisitante e da natureza da solicitação; assinaturas do superior imediato e prazo de empréstimo. (E) identificação do documento; pasta à qual ele pertence; nome e setor do requisitante; assinatura e datas de empréstimo e devolução.</p>	<p>80. Na gestão de recursos humanos, a técnica de mudança que objetiva ampliar o sistema decisório estrutura abaixo, até o menor nível possível na pirâmide organizacional, dando aos grupos de trabalho o poder e a autonomia de "como" realizar suas tarefas, reforçando-os com credibilidade e encorajando sua criatividade, é relativa</p> <p>(A) ao <i>empowerment</i>. (B) ao <i>benchmarking</i>. (C) ao modelo seqüencial de Lewin. (D) ao <i>looping</i>. (E) à entropia.</p>

